

CIRCULAÇÃO SIMPLES: MÉTODO E HISTÓRIA

Hélio Ázara de Oliveira¹

RESUMO: O artigo trata de um dos principais problemas interpretativos acerca da primeira seção de *O Capital*, mais precisamente nos interessa apontar como as primeiras polêmicas em torno da primeira seção de *O Capital* determinaram o problema que ficou conhecido como *referência histórica das categorias*. Trata-se, como veremos, do problema de determinar por onde deve começar a exposição da crítica da Economia Política, se pelos *começos da civilização*, e, portanto, a partir do pré-capitalismo, ou se deve-se começar já desde sempre a partir do capitalismo.

Palavras chave: Circulação simples. Método. Dialética Marxista.

ABSTRACT: The article deals with a major interpretative problems about the first section of Capital, specifically interest us as the first point polemics around the first section of Capital determined that the problem was known as historical reference category. It is, as we shall see, the problem of determining where to get exposure to the Critique of Political Economy, if the beginnings of civilization, and therefore, from pre-capitalism, or whether to start as early as always from capitalism.

Keywords: Circulation simple. Method. Marxist dialectics.

1. Introdução: Engels e as origens do problema

Um século e meio nos separam da publicação por Marx do primeiro volume de sua principal obra de crítica da Economia Política. Se este deslocamento temporal oferece ao pesquisador a vantagem de tornar conhecidos diversos materiais que enriquecem a pesquisa, tais como textos inéditos, cartas, diários, etc., o mesmo deslocamento, por outro lado, nos coloca a dificuldade, própria ao tempo, de desfazer o contexto em que surgem as primeiras interpretações e disputas acerca do conteúdo destas obras.

O problema da *referência histórica das categorias*, tema do presente artigo, surge no contexto das disputas teóricas travadas por Engels contra os críticos de Marx e marca definitivamente a interpretação da primeira seção de *O Capital*. O problema

¹ Professor de Filosofia na UFCG e doutor em Filosofia pela Unicamp. helioazara@hotmail.com. ¹ Este artigo expõe parte dos resultados obtidos em nossa tese de doutoramento, intitulada “*O conceito marxiano de ‘capital como tal’: um estudo a partir do Livro I de O Capital*”.

econômico implícito é o de saber se a teoria do valor-trabalho explica um fenômeno capitalista ou pré-capitalista, e se a mesma teoria vale ou não para explicar fenômenos modernos. Dito em termos rudimentares e gerais, a questão é: a circulação simples refere-se ao capitalismo ou ao pré-capitalismo? Como se pode deduzir facilmente o que espregueira por de trás desta referência histórica é uma diferença de método. Caso as categorias da circulação simples sejam referenciadas no pré-capitalismo para, a partir deste começo, avançar até o capitalismo, então o método de Marx pode ser corretamente considerado como *genético evolutivo*. Caso a circulação simples seja interpretada como tendo o capitalismo como referência, então será preciso determinar como se articulam no interior da exposição o elemento *Lógico* e o elemento *Histórico*. Procuramos fazê-lo na seção 3 do presente artigo, e para tal empreitada nos servimos dos textos de Marx hoje amplamente conhecidos como *Grundrisse*, textos esses que permaneceram inéditos até meados do século XX. Mais especificamente nossa proposta de resposta procura se fundamentar no hoje conhecido *Método da Economia Política*, que faz parte da introdução dos *Grundrisse*.

*** **

Em um artigo de 2005, Christopher Arthur põe novamente na berlinda o problema da referência histórica das categorias. O professor de Sussex é enfático em atribuir a Engels o equívoco interpretativo segundo o qual a primeira seção do Livro I de *O Capital* se refere ao que ficou conhecido como *Produção Simples de Mercadorias*, um período histórico imediatamente anterior ao capitalismo (ARTHUR, 2005). Esta seria, na opinião de Arthur “o mais duradouro mito da marxologia”, e, de fato, os intérpretes são unânimes em atribuir a Engels a origem da interpretação segundo a qual a circulação simples é entendida como uma análise das relações de troca estabelecidas nas sociedades pré-capitalistas. Apenas como uma amostra, podemos citar autores de perspectivas diversas e que concordam neste ponto de modo unânime, tais como Isack Ilich Rubin (1980 p. 273); Rui Fausto (1987, p. 108); João Bernardo (1977, p. 293); Ernest Mandel (1985, p. 12) Ronald Meek (1971, p.123-147).

Para Arthur esta interpretação torna-se “semi-oficial” por meio da incorreta identificação entre o pensamento de Marx e o pensamento de Engels. Assim entendida a interpretação de Engels passaria a gozar de “autoridade”. O imbróglio se torna tanto mais complexo uma vez que Engels edita a obra inacabada de Marx e, ao menos neste

caso específico, impõe sua leitura ao texto, e Arthur pensa precisamente no Livro III de *O Capital* e nos seus prefácios e complementos. De fato os textos fundantes do problema da referência histórica das categorias da circulação simples são o *Prólogo ao Livro III de O Capital* e de modo mais detalhado o *Complemento ao Prólogo* escrito por Engels para o Livro III de *O Capital* e que depois publicou na revista *Die Neue Zeit* em 1895. Analisaremos brevemente estes textos.

O ponto central do artigo de Arthur é a introdução por parte de Engels do termo “produção simples de mercadorias”, termo que o próprio Marx jamais teria usado em sua obra. Como diz Arthur: “A única ocorrência do termo ‘produção simples de mercadorias’ no conjunto dos três volumes de *O Capital* ocorre no volume III, mas isto está em uma passagem dada a nós subsequentemente ao trabalho editorial de Engels, como ele próprio admite em nota” (ARTHUR, 2005); cf. também (MARX, 1983, p. 370-71). Contudo a simples afirmação de que estas não são palavras do próprio Marx não prova que o autor de *O Capital* não tenha construído sua teoria da circulação simples por meio deste caminho. O Máximo que se consegue por meio desta abordagem filológica é tirar o *indexador ortodoxo* da interpretação de Engels, isto é, desautoriza-se a interpretação de Engels como se ela fosse o pensamento de Marx ou da pessoa inexistente Marx-Engels.

Como dissemos, os intérpretes são unânimes em identificar em Engels, mais precisamente em seu trabalho como editor dos volumes II e III de *O Capital*, a origem da interpretação segundo a qual a obra principal da Crítica da Economia Política seria iniciada por uma gênese histórica das categorias que nos levaria do pré-capitalismo ao capitalismo como tal. É chegado o momento em que será necessário recorrer aos próprios textos de Engels a fim de elucidar o contexto e os motivos que o levaram a propor tal interpretação. O ponto de vista de Engels encontra eco em autores como Rosa Luxemburgo e posteriormente em Ernest Mandel, além de um sem número de “manuais” referentes ao tema.

1.1 - Prólogo ao Livro III de *O Capital*

Como afirmamos na introdução deste texto, a divisão dos intérpretes de Marx entre *críticos* e *colaboradores* é determinante na história da interpretação da crítica de

Marx à Economia Política. O contexto² eminentemente político desta recepção às obras maduras de Marx é inequívoco. E é em meio a este contexto marcado pela disputa de um lado política e de outro “científica” que surge o problema do começo da exposição das categorias da crítica da Economia Política. Como veremos nos textos centrais de Engels que dão origem a este *problema* interpretativo, a divisão entre críticos e colaboradores é central por tratar-se de *salvar* o “sistema de pensamento” que sofreria de incompatibilidade entre duas de suas partes constituintes. Vejamos finalmente estes textos. O primeiro deles é o *Prólogo* ao *Livro III* de *O capital*.

Engels inicia o *Prólogo* lembrando que já na recepção ao Livro II os críticos “havia armado uma grande gritaria” (MARX, 2010, p.15) por enxergar uma “incompatibilidade” entre a teoria do valor, desenvolvida no Livro I, e a “taxa média de lucro igual” do Livro II. Este seria, em nosso entender, uma das dificuldades desta recepção inicial à crítica da Economia Política de Marx, pois em geral a princípio se buscou comparar as teorias dos diferentes Livros de *O Capital*, sem atentar para o fato, até certo ponto trivial, de que há níveis distintos em que opera a teoria, e de que tais níveis não são por isso, passíveis de comparação. A terceira parte deste artigo deve elaborar uma resposta também a esta modalidade de crítica. Contudo neste *Prólogo* Engels teve que se “entender” novamente com os críticos que punham em questão agora o modo como “relacionar” os problemas referentes ao valor e o valor de troca com aqueles referentes ao preço de produção.

Toda a questão, como veremos, baseia-se na admissão de que as mercadorias não se vendem e nem se venderão por seus valores (determinados pelo trabalho). Assim a controvérsia acerca do *problema da transformação*, como nos informa o *Prólogo*, remonta ao momento mesmo da recepção aos Livros II e III de *O Capital*³. Engels diz no *Prólogo* que a solução da Economia vulgar é a admissão de que os comerciantes capitalistas, os produtores de matéria prima, obtêm lucro em seus negócios vendendo mais caro do que compram, ou seja, aumentando seu preço de custo (MARX, 2010, p. 16). Os únicos em situação desfavorável, pensa Engels, seriam os trabalhadores

² Há ainda outras determinantes que apenas faremos menção, a saber, a influência duradoura das pesquisas de Darwin em Engels, e depois, como lembra Arthur, em Kautsky e sobre toda Internacional comunista (cf. ARTHUR, 2005). Em ambos a relação entre *lógica* e *história* sempre acaba por conduzi-los a um imperativo metodológico que transforma o desenvolvimento das categorias em uma explicação pela *gênese* ou *origem* histórica.

³ *O problema da transformação* é certamente uma questão ampla e de difícil solução e que, como diz Luciano Coutinho, persiste e renova-se (cf. COUTINHO, 1974, p. 7). Remetemos o leitor ao artigo de Luciano Coutinho, pois além de colocar a questão como um todo, mostra os desdobramentos para a teoria contemporânea que se defronta com estes mesmo entraves—(ver também BELLUZZO, 1998).

assalariados que são obrigados a vender sua força de trabalho “dentro” de seu preço. Sem entrar propriamente no *problema da transformação* dos valores em preços, problema por si só extenso e complexo, basta-nos salientar aqui que os problemas aos quais Engels procura dar uma resposta são frutos da recepção original dos Livros de *O Capital*. Isto é, Engels se viu em apuros no que diz respeito à consistência e compatibilidade entre a teoria do valor e do mais-valor, exposta no Livro I, e a teoria dos preços de mercado, estudada por Marx, mas ocorre que, no entanto, o próprio autor de *O Capital* não conseguiu terminar a exposição da teoria dos preços, tarefa que acaba recaindo para Engels. Além de ter de assumir a tarefa de expor os resultados da pesquisa de Marx, Engels tem ainda a tarefa de *defender* a teoria dos ataques dos críticos. A esta altura, em fins do século XIX, tratava-se de defender o *marxismo* e de estabelecer uma *ortodoxia*.

Para Isaak Rubin, os adversários e mesmo os defensores da teoria do valor-trabalho de Marx entenderam o Livro III como incompatível com a teoria desenvolvida no Livro I. Para estes primeiros intérpretes, a teoria tal qual apresentada no primeiro tomo de *O Capital* e aquela do terceiro não podem se referir ao mesmo “objeto”. Completa o autor russo: “é por isso que certos marxistas se inclinaram em construir um assim chamado ‘fundamento histórico’ para a teoria de Marx sobre o valor” (RUBIN, 1980, p. 272). Como veremos o primeiro destes marxistas é Engels.

Ainda no *Prólogo* ao Livro III, salienta Engels que entre o ponto de vista de Marx e aquele de seus *críticos* existem diferenças essenciais quanto ao método. Os *críticos* buscariam conceitos fixos e imutáveis, ou definições acabadas. Os conceitos de Marx, ao contrário, são expostos a mudanças e transformações ou são “desenvolvidos em seu processo lógico ou histórico de formação” (MARX, 2010, p. 20). Assim, segue Engels, Marx no começo do Livro I, isto é, na circulação simples, “parte da produção simples de mercadorias como premissa histórica de que parte, para logo, partindo desta base, chegar ao capital” (Idem). Neste sentido, para utilizar uma linguagem que fará escola, Engels entende o método de Marx como *genético-evolutivo*, isto é, como se as categorias fossem apresentadas na ordem de sucessão em que aparecem *na história*. *O Capital* inicia-se por sua “premissa histórica”, pré-capitalista e a partir da qual podemos acompanhar a sucessão das formas que nos conduzem ao capitalismo “enquanto tal”, aquele dos Livros II e III. Com isso, e esta é a tese que nos interessa em toda a questão, Engels faz com que a circulação simples seja referenciada historicamente no pré-capitalismo. Não é supérfluo colocar em evidência que antes desse momento não há

qualquer indicação do próprio Marx a este respeito que autorize a interpretação de Engels. Vejamos como isto se desenvolve no assim chamado “*Complemento ao Prólogo*” de 1894⁴.

1.2. Complemento ao prólogo

O texto do *Complemento* é extremamente marcado pela polêmica, seja com adversários declarados, como Achille Loria, seja com interpretações concorrentes no interior do campo marxista. Dois dentre os críticos, a quem responde Engels, mereceriam aqui uma atenção especial dada sua ligação com o problema da historicidade das categorias d’ *O Capital*: Werner Sombart e Conrad Schmidt .

Tanto Schmidt quanto Sombart tendem a ver na lei do valor não um fato empírico, mas antes um recurso lógico ou conceitual, ainda que importante para a compreensão do funcionamento do modo de produção capitalista. De modo mais determinado, para Sombart o valor das mercadorias “é a forma específica e histórica em que se impõe de um modo determinado a força produtiva do trabalho que em última instância domina todos os fenômenos econômicos” (*apud* MARX, 2010, p. 904). Assim, a lei do valor marcaria mais o nexos entre os trabalhos do que descreveria uma constante presente na troca objetivamente analisável. Embora para Engels esta forma de considerar o problema não seja de todo falsa, falta-lhe “reduzir a termos concretos e mais precisos”, afim de que tal lei mostre todo seu alcance nas “fases” de desenvolvimento econômico da sociedade regida por tal lei.

Schmidt, que também prefere a linguagem científica, pensa que a teoria do valor é uma “hipótese científica estabelecida”, pois nos permite “penetrar teoricamente no mecanismo econômico da realidade capitalista”; ela é, contudo, “dentro da forma capitalista de produção, nem mais, nem menos que uma ficção” ainda que “teoricamente necessária” (*apud*, Marx 2010, p. 904-5). Completa então Engels:

Tanto Sombart como Schmidt [...] não têm em conta suficientemente que não estamos somente ante um processo puramente lógico, senão ante um processo histórico e ante o reflexo especulativo deste processo no pensamento, ante as consequências lógicas de sua concatenação interna (MARX, 2010, p. 905).

⁴ Como acima nos referimos, este mesmo texto foi publicado na forma de artigo na revista *Die Neue Zeit* sob o título: “*Wertgesetzt und Profitage*” em 1895, originando a controvérsia “histórica” na interpretação da seção que abre *O Capital*.

Assim, logo fica claro o que Engels classifica como necessidade de “reduzir a termos concretos e precisos” este processo que não sendo “puramente lógico” é também “histórico”. E, com isso, estão dados os dois elementos do problema, a saber, o *lógico* e o *histórico*. Não se trata da prioridade de um sobre o outro, nem das múltiplas determinações recíprocas entre tais elementos, trata-se antes e tão somente de seu lugar na exposição das categorias da Crítica da Economia Política.

Engels começa sua resposta dizendo: “todos sabemos que nos começos da sociedade...” (MARX, 2010, p. 906). O que se vê a partir de então é uma descrição de uma sociedade ou de sociedades que estabelecem suas trocas com base na quantidade de trabalho necessária para a produção de cada item trocado. Tal reconstituição vai da família em coletividades primitivas “mais ou menos comunistas” até o servo da idade média. Para tais sociedades a quantidade de trabalho necessária para a produção não era a melhor, mas “a única forma existente para a medida e para determinar quantitativamente as magnitudes intercambiáveis”. Engels, portanto, procura fazer uma *gênese histórica* da lei do valor. A tônica central passa a recair nos termos tais como: “nos começos”, “ao início”.

Assim torna-se necessário admitir que os camponeses da Idade Média, ou mesmo aqueles camponeses e artesãos vizinhos de Engels no Reno tinham condições de medir os valores pelo trabalho: “ou alguém crê que o camponês e o artesão eram tontos o bastante para dar o produto de 10 horas de trabalho em troca de um outro produto do trabalho de uma hora?” (MARX, 2010, p. 907). A partir de então o texto segue a empreitada de refazer a *gênese* da lei do valor, uma *gênese histórica* que iria da primeira e mais primitiva troca até ao menos “ao gado como primeira forma de moeda”⁵. Mais significativa para o problema que nos propomos analisar é a afirmação de que tal “*gênese*” corresponderia à apresentação categorial própria da circulação simples:

Partindo desta determinação do valor pelo tempo de trabalho, se desenvolve logo toda a produção de mercadorias, e com elas as múltiplas relações nas quais se traduzem os diversos aspectos da lei do valor, tal como foram expostas na primeira seção do Livro I de *O Capital*. (MARX, 2010, p. 908).

Engels sumaria então sua tese:

⁵ Não é nosso objetivo atribuir falta de interesse a este modo de investigação, caso ele possa mesmo ser levado a efeito, apenas nos detemos em objetar que esta não é forma pela qual Marx apresenta as categorias em *O Capital*. Os motivos da objeção virão a seguir.

Em outros termos: a lei do valor de Marx rege com caráter geral, na medida em que regem sempre as leis econômicas, para todo o *período de produção simples de mercadorias*, vale dizer, até o momento em que esta é modificada pela aparição da forma de produção capitalista. [...] a Lei do valor de Marx, tem, pois, uma vigência econômico-geral, a qual abarca todo o período que vai desde *os começos da troca* por meio do qual os produtos se convertem em mercadorias até o século XV de nossa era. E a troca de mercadorias data de uma época anterior a toda a história escrita e que no Egito se remonta, pelo menos, a 3.500 e a quase 5.000 anos, na Babilônia a 4.000 anos, talvez a 6.000 anos antes de nossa era. A lei do valor regeu, pois, durante um período de cinco a sete mil anos. (MARX, 2010, p. 909, grifos nossos).

Assim entendida, a circulação simples de *O Capital* seria uma reconstituição lógico-histórica do período da produção simples de mercadorias, isto é, em última análise, ela descreveria um momento pré-capitalista. A seção que abre *O Capital* faria uma gênese dos processos de troca que vão desde os começos das trocas mediadas pelo valor-trabalho até o século XV de nossa era. Tudo se passa como se em *O Capital* as categorias fossem alinhadas de acordo com seu aparecimento na história e não em função de seu papel na teoria. Voltaremos a isso⁶. Como salienta Rubin, a tese de Engels suscita críticas e adesões, quiçá hoje em dia mais críticas que adesões, contudo, entre os que *aderem* ao ponto de vista de Engels é preciso fazer referência ao menos a seus dois mais importantes representantes: Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel.

2. Rosa Luxemburgo e Ernest Mandel ou “a busca pelo concreto”.

Rosa Luxemburgo parte da interpretação de Engels quando trata das categorias da circulação simples em seu pequeno livro: *Introdução à Economia Política*. O capítulo sobre a “Produção Mercantil” inicia-se por uma ficção, que, como veremos, se pretende fiel a uma reconstituição histórica⁷, na qual estamos diante de uma sociedade de produtores privados, atomizados e cujo único nexos social é a troca. Nessa sociedade mercantil ensaiada por Rosa vemos surgir, a partir da troca, a divisão do trabalho e o dinheiro. Trata-se aqui de uma apresentação das categorias de acordo com a ordem de seu surgimento na história real dos povos, ou nas palavras da própria autora: trata-se de uma: “*Exposição um pouco simplificada e abreviada da maneira como se formou a economia mercantil, exposição rigorosamente conforme a verdade histórica nos seus*

⁶ Simplificando, diríamos que Engels procura deduzir da *história da troca* a lei do valor e da *história dos trocadores* a lei da concorrência, os dois termos do problema que, procurando resolver, causou a aparição de tantos outros. Resta a aparência de que a história tivesse por si mesma a *chave* para os conceitos e para seu lugar na teoria, tese que, como veremos, Marx rejeita.

⁷ Quando observamos o plano do livro de Rosa Luxemburgo tal como apresentado por Mandel na *Introdução* que o mesmo fez à obra, vemos que a preocupação de Rosa é seguir uma linha histórica da sociedade comunista primitiva, passando pelo sistema feudal de economia, pelas corporações artesanais, até a produção mercantil e chega ao final no capitalismo propriamente dito.

traços fundamentais” (Luxemburgo, 1999 p. 276). Como se vê toda a ênfase recai sobre a *verdade histórica*.

Ao que nos parece, todo este esforço visa dar um quadro *concreto* aos temas da circulação simples, o que corrigiria as *abstrações* de Marx. Como mostra do desacordo entre a proposta genética de partir do concreto e o “estilo de Marx”, Rosdolsky cita uma carta de Rosa Luxemburgo na qual ela parece extremamente em desacordo com a exposição feita em *O Capital*. Faltaria à escrita marxiana a “simplicidade” das reconstituições históricas de Engels e Rosa. Diz a carta:

"Esta [a simplicidade de expressão] é agora minha orientação estética, que só aprecia o simples, calmo e generoso, tanto no trabalho científico como na arte, razão pela qual agora me horroriza o tantas vezes elogiado primeiro tomo de *O Capital* de Marx, com sua ornamentação rococó no estilo de Hegel (pelo uso desse estilo se deveria merecer, do ponto de vista do partido, cinco anos de cárcere e dez de suspensão dos direitos civis)” (*apud* ROSDOLSKY, 2001, p. 598).

E completa Rosdolsky: “Como se vê, às vezes Rosa ignorava que por trás do ‘estilo hegeliano’ da obra de Marx estava o conteúdo dialético” (*idem*).

Rosa é incluída por Mandel no rol dos intérpretes que neste particular seguem Engels, contudo a autora não cita diretamente a circulação simples, trata apenas de suas categorias fundamentais, mas sem, ao menos nas palestras que compõe o livro, comentar diretamente o texto marxiano. Antes, dilui o seu conteúdo na reconstituição do que teria sido a história da troca do comunismo primitivo até a economia mercantil da qual o capitalismo é a forma mais plenamente desenvolvida.

Em “*O Capital: 100 anos de Controvérsias*” Mandel enfatiza, de início, que *O Capital* de Marx busca, entre outras coisas, mostrar que leis universais da organização econômica não existem. Cada formação social determina e é determinada por leis específicas oriundas de sua própria constituição. Mas *O Capital* não faz um inventário dessas leis, limita-se a analisar aquelas leis que vigem no capitalismo (MANDEL, 1985, p.10). Com o que estamos plenamente de acordo. Contudo o mesmo Mandel diz na página seguinte que *O Capital*, *Os Grundrisse* e outros escritos incluem um grande número de análises da *produção simples de mercadorias*, “uma forma de produção que existiu de múltiplas maneiras durante 10.000 anos antes que nascesse o capitalismo moderno” (*idem*, p. 12.).

O problema tal como formulado por Mandel é o seguinte: o objeto central de *O Capital* é o capitalismo enquanto tal, mas, não obstante isso há também análises sobre o pré-capitalismo. A circulação simples seria uma dessas análises. Sendo assim, Mandel

igualmente pensa a lógica constitutiva do Livro I como “correspondente ao processo histórico de constituição e desenvolvimento do capitalismo” (idem, p. 33). Mas como em *O Capital: Cem anos de Controvérsias* se trata apenas do levantamento das polêmicas em torno da interpretação da obra de Marx, somos remetidos a outro estudo de Mandel, seu “*Tratado de Economia Marxista*”. O autor deixa claro o objetivo da obra; não se trata de uma exegese do texto marxiano, antes, diz ele: “intentamos demonstrar que, partindo dos dados empíricos das ciências contemporâneas, pode-se *reconstruir* o conjunto do sistema econômico de Karl Marx” (MANDEL, 1969, p. 17, grifos nossos).

A natureza de tal *reconstrução* fica explícita ao debater o que deve ser o *método de análise*; segundo Mandel este deve ser *genético-evolutivo*: “porque o segredo de toda ‘categoria’ não pode ser revelado sem examinar por sua vez sua origem e evolução, o que quer dizer examinar o desenvolvimento das contradições internas, a saber, a revelação de sua natureza própria” (idem, p. 18).

Enfatizamos que nossa posição sobre os textos de Rosa e Mandel não significa que consideramos sem alguma importância “rastrear as características comuns das categorias econômicas pré-capitalistas” e acompanhá-las no movimento mesmo de sua gênese e constituição, apenas salientamos que estas preocupações genético-evolutivas não estão presentes na teoria marxiana da circulação simples. Como procuraremos mostrar, ao perseguir tal objetivo, a saber, provar a tese de Engels por meio de uma “gênese histórica das categorias” o que Mandel e Rosa acabam por fazer é, na melhor das hipóteses, uma *etiologia* das formas que nos levam da pré-história da troca ao capitalismo. A dialética das categorias, expostas segundo seu papel no interior da sistemática da crítica da Economia Política, é substituída por uma *etiologia das formas sociais*, e pior, fazem com que a seção inicial de *O Capital* se comprometa com tal objetivo, uma vez que Marx ali teria usado tal *método genético-evolutivo*. Como procuraremos mostrar a seguir, o método de Marx não se confunde com uma investigação *genética*, nem muito menos *etiológica*, das categorias. Na circulação simples Marx não trata do pré-capitalismo, menos ainda das causas, que em seu interior nos conduzem deste ao capitalismo. Como veremos, *O Capital* tem um único e determinado objeto, o modo de produção burguês moderno, analisado em níveis crescentes de concreção e que vai do abstrato ao concreto como meio de se apropriar conceitualmente do real. A *gênese*, neste caso, só poderia ser *conceitual* e não histórica. Vejamos porque razões.

3. Marx e o Método da Economia Política

A resposta ao problema da *referência histórica das categorias* da circulação simples deve levar em conta além dos diversos níveis em que esta doutrina é exposta, isto é, os textos de *Para a Crítica da Economia Política, Os Grundrisse, O Capital*, etc., deve também ser capaz de articular em seu interior as categorias centrais da circulação simples, a saber, o trabalho abstrato e o valor. Para tanto será preciso recorrer a um fragmento dos *Grundrisse*, o hoje amplamente conhecido *Método da Economia Política*⁸.

Portanto, vejamos o que nos diz o texto do *Método*. Ele parte justamente da pergunta: por onde deve começar a exposição do sistema da Economia Política? Deve-se partir do concreto ou do abstrato? E qual a relação deste concreto e deste abstrato iniciais com a história? Marx inicia admitindo que “parece correto começar pelo real e pelo concreto”, em nossa questão, poderia então parecer correto começar pelo concreto capitalista; pela teoria do “capital como totalidade”, da concorrência inter-capitalistas, e, por conseguinte, dos preços de produção e não da teoria do valor. Contudo, completa Marx: “a uma consideração mais precisa, porém, isso se revela falso”. Partindo do concreto representado chega-se apenas a abstrações simples, mas tal representação do todo seria caótica. Este foi, contudo, o caminho tantas vezes trilhado pela economia política:

Os economistas do século XVII que, sempre começam por um todo vivo (*mit dem lebendigen Ganzen*) – produção, nação, Estado, vários estados, etc. – mas sempre terminam por algumas relações gerais, abstratas, determinantes (*einige bestimmende abstrakte, allgemeine Beziehung*) – divisão do trabalho, dinheiro, valor, etc. que eles descobriam por análise (MARX, 1974, p. 632; cf também MARX, 2010, p. 9).

Pensa Marx que o método cientificamente correto é o oposto direto deste caminho de tradição empirista. Assim deve-se partir “dos elementos simples”, no nosso caso, da mercadoria, do trabalho abstrato e do valor, para se chegar ao final ao concreto, à teoria do capital como totalidade. Em uma palavra, é impossível partir do concreto, pois “o concreto é concreto por ser uma concentração de muitas determinações, logo,

⁸ Rubin, que se esquiva de criticar Engels, limita-se, ao tocar no problema, a saudar o fato de que “agora temos outras obras de Marx ao nosso alcance”, refere-se posteriormente a esta mesma seção da *Introdução [à Crítica da Economia Política]* de 1857 e também às *Teorias do Mais-Valor*, e completa: “agora sabemos que o próprio Marx opunha-se vigorosamente à idéia de que a lei do valor esteve em vigor no período precedente ao desenvolvimento do capitalismo” (RUBIN, 1980).

uma unidade do múltiplo” (“*Das Konkrete ist konkret, weiles die Zusammenfassung vieler Bestimmungen ist, also Einheit des Mannigfaltigen.*”) (MARX, 1974, p. 632; cf. também MARX, 2010, p. 9). É certo que do ponto de vista da crítica o todo concreto é sempre pressuposto, já como resultado do “método de pesquisa”, pois como nos diz Marx no Posfácio da segunda edição de *O Capital*:

“É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído este trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 1985, p. 21).

Contudo ao se iniciar a exposição parte-se do abstrato ao concreto como forma de “apropriar-se do concreto e o reproduzir como concreto espiritual” (MARX, 1974, p. 632; cf. também MARX, 2010, p. 9). Assim fica estabelecido que deve-se partir, na exposição, do abstrato, do simples, uma vez que “no primeiro caminho, toda a representação se desvanece em determinação abstrata, ao passo que, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto no plano (*im Weg*) do pensamento” (idem). A teoria da circulação simples, isto é, a seção que abre *O Capital*, analisando a forma elementar da riqueza capitalista a partir da oposição intrínseca que a constitui, parece atender a este requisito. Mas resta ainda responder a relação do *começo* com a história.

Marx apresenta a questão nos seguintes termos: “mas, acaso estas categorias simples não tem também uma existência independente, seja histórica, seja natural, anterior a existência das mais concretas?” (MARX, 1974, p. 633; cf. também MARX, 2010, p. 11). E responde: “*ça dépend*”. Esta resposta é fundamental por colocar em questão um suposto básico da tese de Engels, aquele que diz respeito a uma *correspondência* entre *exposição* e *desenvolvimento histórico*. Segundo Marx, as categorias podem ou não ter uma existência prévia ao sistema social que lhes confere sentido. Por exemplo, o trabalho e o valor podem ter uma existência “antediluviana”, mas esta existência não é fundamental para o problema da exposição. Marx utiliza o exemplo paradoxal do trabalho, uma categoria “antiquíssima”, e ainda assim “uma categoria tão moderna quanto as relações que produzem esta abstração simples”, e completa:

O exemplo do trabalho mostra, de modo convincente, que, embora possuam validade em todas as épocas, – em virtude justamente de sua abstração, – mesmo as categorias mais abstratas, na determinidade de sua abstração, são um produto das relações históricas e só possuem plena

validade (*ihre Vollgültigkeit*) para tais relações e no seu interior (MARX, 1974, p. 636; cf. também MARX, 2010, 17).

Agora somos informados das razões que levam a pesquisa a considerar como “indiferente” saber da existência prévia ou não das categorias. É que o fundamental ou determinante na exposição da categoria não é sua antiguidade, mas seu papel na sistemática econômica que se pretende analisar. A mercadoria, por exemplo, não é exposta a partir de uma *etiologia* que a elevou ao papel central nos começos do capitalismo, mas antes e exclusivamente por seu lugar no sistema do capital tal como presente nas sociedades de capitalismo mais avançado. É seu papel sistemático e não sua prioridade histórica que a torna o ponto de partida de *O Capital*. Marx expressa seu pensamento mediante uma metáfora formidável: “a anatomia do homem é uma chave para a do macaco” (*Anatomie des Menschen ist ein Schlüssel zur Anatomie des Affen*). (Marx, 1974, 636; cf. também MARX, 2010, 17). A sociedade burguesa, (*Die bürgerliche Gesellschaft*) como organização historicamente mais desenvolvida e a mais múltipla, tem a “chave” interpretativa que pode conferir sentido efetivo mesmo às categorias que a precederam no tempo. Aceitar a tese de Engels é pensar ao arrepio do método aplicado em *O Capital* que o pré-capitalismo é a chave para que se entenda o capitalismo.

O Método nos ensina, portanto, que se deve partir, na exposição, do abstrato para se chegar, como a um resultado, ao concreto. Deve-se partir da circulação simples para se chegar ao capital como tal. Assim entendido torna-se sem sentido a objeção que consiste em comparar a teoria ao nível da circulação simples do Livro I com aquela dos preços de produção ao nível do Livro III, ou como sumariou Rubin:

A teoria do valor-trabalho e a teoria dos preços de produção diferem uma da outra, não como diferentes teorias que funcionam em diferentes períodos históricos, mas como uma teoria abstrata e um fato concreto, como dois graus de abstração de uma mesma teoria da economia capitalista (RUBIN, 1980, 276).

Os três livros de *O Capital* têm um único *objeto*: a moderna sociedade burguesa, vista sob níveis crescentes de concreção. Certamente que na circulação simples a moderna sociedade burguesa “como tal” está apenas pressuposta. O que está posto são os agentes da troca, entendidos como contratantes livres e iguais. Na circulação simples, como temos defendido, está o capitalismo como este nos aparece em sua *epiderme*, desse modo, as categorias ao nível da primeira seção do livro primeiro “só exprimem

aspectos particulares e isolados dessa sociedade determinada, deste sujeito” (*Nur einzelne Seiten dieser bestimmten Gesellschaft, dieses Subjekts, ausdrücken*) (MARX, 1974, p. 637; cf. também MARX, 2010, p. 19).

Marx é categórico ao afirmar que “é preciso ter presente e de modo firme”, que “também do ponto de vista científico, de maneira nenhuma ela [a moderna sociedade burguesa] só começa no momento em que se fala dela como tal”. Isto é, a moderna sociedade burguesa está pressuposta mesmo quando se abstrai dela determinações fundamentais, como ocorre na circulação simples. É certo que o capitalismo como tal corresponde à teoria como é exposta nos Livros II e III, mas nem por isso está ausente, como pressuposição, já na seção que abre a obra, pois “o capital é a força que a tudo domina na sociedade burguesa. Deve constituir tanto o ponto de partida como o de chegada” (MARX, 1974 p. 638; cf. também MARX, 2010, p. 21).

Se nossa argumentação é ainda insuficiente em provar a tese sustentada, Marx mais uma vez não deixa dúvidas sobre o método adequado de exposição das categorias:

Seria, além de impossível, falso, ordenar as categorias econômicas na sucessão em que foram historicamente determinantes. Sua ordem é antes determinada pela relação que elas mantêm entre si, na sociedade burguesa moderna, precisamente o inverso do que parece ser a sua ordem natural ou a correspondente sucessão do desenvolvimento histórico. Não se trata da relação que se estabelece historicamente entre as relações econômicas na sucessão das diversas formas de sociedade [...] e sim de sua articulação no interior da sociedade burguesa moderna (idem).

É assim que encerrando este pequeno “ensaio” metodológico de 1857, que não publicou, Marx divide a matéria que deveria compor sua obra⁹ iniciando exatamente pelas “determinações gerais abstratas que convém, por isso, mais ou menos, a todas as formas de sociedade, porém, no sentido exposto anteriormente” (MARX, 1974, p. 639; cf. também MARX, 2010, p. 23). É nesse sentido que não restam dúvidas de que “*O Capital* é aberto pelas “determinações gerais abstratas” que embora possam ter uma existência antediluviana, são apenas plenamente desenvolvidas e plenamente inteligíveis no modo de produção burguês moderno. Para Marx, como fica claro, não se trata de expor o conteúdo da matéria na ordem de sua aparição e vigência na história. No problema que nos ocupa aqui, Marx não faz, na Seção I de sua obra principal, uma apresentação das formas que historicamente precederam o capital e muito menos um acompanhamento do período pré-capitalista no qual a lei do valor se dava nos marcos da circulação simples. Ao contrário, inicia-se pela mercadoria, pelo trabalho abstrato e pelo

⁹ Para uma discussão pormenorizada do plano original e suas modificações por parte de Marx, remetemos o leitor ao segundo capítulo de “*Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*” (ROSDOLSKY, 2001).

valor devido à posição que estes ocupam na sociedade burguesa moderna. Não se trata de uma fenomenologia histórica, nem tampouco de história do aparecimento das categorias. Nas palavras do próprio Marx: “Trata-se da sua hierarquia no interior da moderna sociedade burguesa”.

REFERÊNCIAS:

MARX, Karl. *Das Kapital*, Erster Band. Dietz Verlag, Berlim, 2008.

_____ *Das Kapital*, Driter Band. Dietz Verlag, Berlim, 2010.

_____ *O Capital*. Livro I, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo, Abril Cultural, 1984.

_____ *O Capital*. Livro III, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____ *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*. Marx-Engels Werke, Berlim, Dietz Verlag, 1974.

_____ *O Método da Economia Política. Terceira parte: Introdução [À Crítica da Economia Política]*. Tradução de Fausto Castilho, in *Crítica Marxista*, nº 30, São Paulo, Editora da UNESP, 2010.

_____ *Grundrisse*. Tradução Mario Duayer e Nélio Schneider, São Paulo, Boitempo Editorial, 2011.

ARTHUR C. *O mito da produção simples de mercadorias*. <http://www.marxmyths.org/chris-arthur/index.php#mythscp>. 2005.

_____ *Against the Logical-Historical Method: Dialectical Derivation versus Linear Logic*”, in: *New Investigations of Marx’s Method*. Edited by F. Moseley e M. Campbell, Humanities Press, New Jersey, 1997.

ÁZARA, H. O. *A circulação simples como epiderme da experiência capitalista*, Dissertação de mestrado, Campinas: IFCH da Unicamp, 2007.

_____ *O conceito marxiano de capital como tal – um estudo a partir do Livro I de O capital*. IFCH – Unicamp, 2012.

BELLUZZO, L. G. *Valor e Capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

COUTINHO, L. *Notas sobre o problema da transformação*, in Estudos CEBRAP, nº 9., 1974.

LUXEMBURGO, R. *A Acumulação de Capital*. São Paulo, Nova cultural, 1985.

_____ *Introdução à Economia Política*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

MANDEL, E. *El Capital: Cien años de Controversias*. Traducción de Adriana Sandoval, Stella Mastrangelo y Marti Soler, Mexico, D.F.: Siglo Veintiuno, 1985.

- _____ *Tratado de economia Marxista*, edições Era, Mexico, 1969.
- MEEK, R. L.** *Economia e Ideologia*. Trad. Raul Julgmann, Zahar editores, Rio de Janeiro, 1971.
- MÜLLER, M.L.** *Exposição e Método Dialético em “O Capital”*. Boletim SEAF N°2, Belo Horizonte, 1982.
- ROSDOLSKY, R.** *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001.
- RUBIN, I.I.** *A Teoria Marxista do Valor*. Tradução de José Bonifácio da S. Amaral Filho, São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____ *Ensaio Sobre a Teoria do Valor em Marx*. Tradução de Helena M. Simões, Via Editora, Lisboa. 1977.